

Por entre oro, cañones y guerreros: história, luta e resistência da Comuna afro Playa de Oro, Esmeraldas, Equador

JANAINA CAMPOS LOBO

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA, UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)

CEARÁ, BRASIL

Correo electrónico: janaina.lobo@gmail.com

Data de finalização: 22-07-2019 / Data de envio: 24-07-2019

Data de recebimento: 31-07-2019 / Data de aceptación: 31-05-2020

RESUMO

Este artigo versa sobre as tramas narrativas contadas pelos habitantes da Comuna afrodescendente de Playa de Oro, localizada na Província de Esmeraldas, norte do Equador, situada às margens do Rio Santiago, nas bordas da Reserva Ecológica Cotacachi-Cayapas. Tais exposições versam sobre os eventos que marcaram a luta pela autonomia de Playa de Oro ante diversas vicissitudes, especialmente relacionadas ao ciclo do ouro. Proponho uma reflexão sobre as ‘políticas do lugar’, bem como sobre as diversas ações historicamente empreendidas pelos playadoreños em busca de autonomia. Este estudo etnográfico, portanto, visa compreender os sentidos atribuídos por esses atores para a defesa e manutenção do território ancestral frente às investidas de uma persistente colonialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Playa de Oro, ouro, território, autonomia

DOSSIER

*POR ENTRE ORO, CAÑONES Y GUERREROS: HISTÓRIA, LUCHA
Y RESISTENCIA DE LA COMUNA AFRO PLAYA DE ORO,
ESMERALDAS, ECUADOR¹*

RESUMEN

Este artículo trata de las narrativas contadas por los habitantes de la comuna afrodescendiente de Playa de Oro, ubicada en la provincia de Esmeraldas, norte de Ecuador, en las orillas del río Santiago, en los bordes de la reserva ecológica Cotacachi-Cayapas. Dichas exposiciones tratan sobre los eventos que marcaron la lucha de Playa de Oro por la autonomía frente a múltiples vicisitudes, particularmente relacionadas con el ciclo del oro. Propongo una reflexión sobre La ‘política del lugar’, así como sobre las diversas acciones emprendidas históricamente por los playadoreños en la búsqueda de autonomía. Este estudio etnográfico, por lo tanto, tiene como objetivo comprender los significados designados por estos actores para la defensa y el mantenimiento del territorio ancestral contra los ataques de una persistente colonialidad.

PALABRAS CLAVE: Playa de Oro, oro, territorio, autonomía



Este artigo versa sobre as tramas narrativas contadas pelos habitantes da Comuna afrodescendente de Playa de Oro, localizada na Província de Esmeraldas, norte do Equador, situada às margens do Rio Santiago, nas bordas da Reserva Ecológica Cotacachi-Cayapas. Tais exposições versam sobre os eventos que marcaram a luta pela autonomia de Playa de Oro ante diversas vicissitudes, especialmente relacionadas ao ouro. Proponho uma reflexão sobre as políticas do lugar, partindo de seus aspectos sociocosmológicos e das diversas ações empreendidas pelos playadoreños em busca de autonomia. Objetivo, a partir dessas narrativas, uma compreensão dos agenciamentos locais como forma de aceder às medidas de salvaguarda do território ancestral. Essas proposições buscam levar a sério os

1 Neste artigo utilizo o sistema de referência indicado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

ensinamentos dos playadoreños, traduzidos em políticas de ação, para adensar os entendimentos e expectativas quanto aos processos intentados para inverter a lógica de uma histórica invisibilização dos povos afrodescendentes na América Latina e da consequente usurpação de seus recursos naturais.

Este estudo etnográfico opera com a viabilidade de compreender os sentidos atribuídos por esses atores no trabalho de reconhecimento de sua condição étnica diferenciada, na luta por direitos e, principalmente, na defesa e manutenção do território frente às investidas de uma persistente colonialidade. Dessa forma, essa abordagem intenciona compreender os sentidos de justiça, as assunções identitárias e de pertencimento, elementos da memória e os diversos movimentos da Comuna que se apresentam como uma modalidade agentiva.

Nesse sentido, o que pontuarei neste artigo, resultado do trabalho de campo etnográfico levado a cabo entre 2011 e 2016 nesta Comuna, é como essas narrativas de embates, ligadas ao circuito do ouro, conferem aos playadoreños um sentido de luta pelo território e, para além disso, uma recusa de qualquer vestígio de subordinação. Para isso, ouvi muitas histórias que reforçavam o caráter aguerrido daqueles que nasceram em Playa de Oro e, através desses modos de falar de si próprios, reverberam esses agenciamentos além-Ríos. Portanto, discorrerei sobre os atos locais que visam, sobremaneira, a proteção e a manutenção do território playadoreño.

EN ORDEN DE BATALLA: PARA UMA OUTRA HISTÓRIA COLONIAL

O tigre, contava Doña Neura, uma anciã playadoreña com quase setenta anos, é um felino comum nessa região. Não é por acaso a alcunha da Reserva *de los tigrillos*, situada um pouco acima da Comuna, subindo por vinte minutos o Rio Santiago. É tão comum que se torna um medo factual daqueles que por algum motivo, como por exemplo buscar madeira para a construção de uma canoa ou de uma residência, têm que adentrar no bosque. Os homens, já que são eles que se encarregam de procurar essas ma-

deiras, têm mapeados os locais da selva onde não se pode abrenhar. Assim, mesmo com todas as precauções, há o risco sempre iminente de se encontrar uma fera pelo caminho.

O pai de Doña Neura, José de lo Santo, enfrentou o infortúnio de se deparar com um tigre. Todos em Playa de Oro que me contaram essa história não sabiam precisar há quanto tempo isso ocorreu, mas ponderavam que não havia mais que vinte anos – já que conseguiam mensurar o tempo por meio dos movimentos que sucederam: a árvore de *Chontaduro* que cresceu, o ancião que morreu, o recém-nascido que agora é quase homem feito. De todas as formas, mesmo sem saber a medida exata do tempo transcorrido, esse foi um fato que marcou gerações. Diziam-me que um dia José de lo Santo saiu para trabalhar na floresta, como fazia quase todas as manhãs. Um tigre, inesperadamente, surge muito próximo à roça de cacau de José, talvez buscando comida, sugeriram. José, prestes a ser atacado, decide enfrentar o tigre.

Mesmo com a ameaça da morte, José se lançou para o tigre: nesse ponto da história, muitos diziam que a escolha não era irracional, justamente porque é preferível lutar contra o que parece impossível a se entregar sem combater. Assim, mesmo enfrentando uma fera muito mais forte, José guerreou sem hesitar, ainda que a força das garras do animal já perfurasse parte dos seus braços. Cambaleando e machucado, deu um golpe no tigre que caiu combalido.

José volta para a Comuna, completamente ferido, entre a vida e a morte. Após ser cuidado e já quase recuperado das lesões, conta como sucedeu a batalha com o tigre: a prova seria a carcaça da fera, em um lugar da selva, próximo à roça, que ele bem recordava. Os homens que ouviam a história, incrédulos, saíram para se certificarem que José não estava louco e que a peleia com o felino era, de fato, verdade. Para espanto de todos em Playa de Oro, o que sobrou do tigre estava no local indicado. José se sagrou um dos heróis playadoreños e inspiração para as muitas prosas que teriam como mote a briga de um valente negro com um dos mais temidos animais da floresta do norte equatoriano.

É com essa história que muitos começam uma confabulação desprezível. O evento do tigre, lembrado muitas vezes, é a

síntese do que eles consideram como o exercício da coragem máxima. E para falar dessa bravura recorrerão ao passado, especialmente antes da abolição da escravidão, ocorrida em 1851 no Equador, para justificar essas diversas ações coetâneas que culminam com o enfrentamento de situações que põem em risco essa autonomia tão reivindicada e da qual não se eximem. E sob o epíteto da coragem, narram o passado de luta.

OS GUERREIROS ANCESTRAIS

[...] al finalizar el siglo XVIII, el distrito minero del río Santiago se conformó en torno a cuatro grandes reales de minas: Playa de Oro, San Antonio de Cachavi, Nuestra Señora de la Purísima Concepción del río Bogotá y Nuestra Señora de la Concepción de Guembi, que albergaban cuadrillas con alrededor de 400 esclavizados provenientes de las minas de la región de Popayán.
(Novoa, 2010, p. 119)

Como aponta a historiadora Rocío Rueda Novoa, Playa de Oro era uma das principais reais de minas da região esmeraldeña. De fato, a constituição de Playa de Oro, como o próprio nome aponta, está marcada pela histórica exploração de ouro. Don David, atual guardião da memória playadoreña, coincide com Novoa (2010) ao contar que o estabelecimento de Playa de Oro tem mais de quatrocentos anos e teve em sua origem o enalço da escravidão, cuja mão de obra cativa era proveniente das minas ao sul de Nova Granada. No excerto abaixo, Don Davi recorda a figura do Amo Valdez, um espanhol violento², para enfim apontar que os ancestrais playadoreños, mesmo ante uma violência extremada, se recusaram à sujeição imposta pelos senhores de escravos.

-
- 2 Charvet (2010) recorre às fontes escritas para localizar algum possível indicio da existência do Amo Valdez: “podría ser la constancia del apellido Valdez en siete de los sesenta y un compradores de las tierras de la comuna Santiago Cayapas en 1885 que, según la hipótesis de Rivera, ‘con seguridad la mayoría fueran esclavos de la mina Playa de Oro’ [...]. Ese apellido hispano adoptado por gente de ascendencia africana podría ser una huella de su paso como “amo” de las minas del Santiago”. De fato, a pergunta que Charvet se coloca “entonces, existió el Amo Valdez?” (p. 62), não faz muito sentido para a narrativa que proponho neste artigo, já que entendo que as histórias contadas pelos playadoreños são compostas por um conjunto de elementos que, coadunados, conformam suas visões sobre seus percursos históricos.

Cuatrocientos años... este pueblo es viejísimo. Este pueblo fue fundado antes de la independencia de Ecuador, Colombia y Perú. Este pueblo es antiguo, de los pueblos del Ecuador es uno de los primeros pueblos [...] aquí, Playa de Oro. Y eso no lo digo yo, sino que hasta para la historia está. Entonces, cuando la independencia de Ecuador, Colombia y Perú, esta parte aquí donde nosotros estamos asentados era Colombia. Aquí vivieron hasta amos, este pueblo es un pueblo de amos. Una persona que se hace amo y trabaja toda la gente para él y son esclavos, era la esclavitud, se llamaba el Amo Valdez. (Don David, Playa de Oro, abril de 2013)

É a figura do Amo Valdez que desencadeará uma luta da qual os playadoreños não esquecem. Em meio às inúmeras insurreições protagonizadas pelos negros em Playa de Oro com vistas à liberdade, no período da escravidão, uma das ações perdurou no tempo: a construção de um canhão para expulsar quem os oprimia. A narrativa de recusa da sujeição, manifesta na história desse canhão, por exemplo, sintetiza os poderosos ‘mecanismos de resistência’, de que fala Novoa (2010, p. 228), registrados em documentos e cartas nos arquivos históricos de Quito e Esmeraldas.

Antes de descrever o episódio do canhão, farei menção aos documentos que tratam de levantes nas minas reais de Playa de Oro. A historiadora Novoa, em sua tese de doutorado, aponta que até 1852, quando é assinado o decreto que abole a escravidão no Equador (ainda que, posteriormente ao decreto, a efetividade deste ato tenha sido débil, o que ocasionou mais levantes), os atos insurreccionais eram reiterados e sucessivos. Na zona norte equatoriana, por exemplo, o primeiro registro de mobilização coletiva dos escravizados de Playa de Oro data de 1813, como parte de um ambiente de sublevação que cobria toda costa pacífica. Tal ambiente era favorável porque os escravizados constituíram poderosas redes de comunicação, as quais atravessavam informações sobre atos rebeldes que se sucediam em todo litoral da costa do Pacífico:

Las continuas manifestaciones subversivas de los negros y su creciente protagonismo alertaron al presidente Toribio Montes, quien ordenó al capitán José Fábrega emprender acciones efectivas para dar fin a las maniobras conspiradoras puestas en marcha por los esclavizados y restaurar el orden en la región. Entre las actividades políticas emprendidas por los negros a favor de la insurgencia se registra la labor de centinelas en el camino de Malbucho, quienes en su papel de chasquis intercambiaban comunicaciones entre

los rebeldes del norte y del sur, lo que permitió la construcción de redes de información y la propagación de rumores que generaban el desconcierto y el temor colectivo sobre la capacidad operativa de las fuerzas insurgentes o de las milicias del rey. (Novoa, 2010, p. 153)

Sobre esses rumores que agitavam as iniciativas de insubordinação em Playa de Oro, Novoa (2010) destaca o temor dos proprietários da mina ante a conflagração de uma revolta dos escravizados. A historiadora cita um ofício dirigido ao presidente Toribio Montes, no qual o proprietário Pedro Pérez Muñoz se queixa dos negros playadoreños ao afirmar que “tienen mil caminos de comunicación, los chasquis que se cruzan a las minas y solo la fuerza podrá hacer esta obra de reducir a los negros” (p. 153).

Aliada à capacidade de se comunicarem, os negros do norte esmeraldeño possuíam uma perícia extraordinária de deslocamento nos bosques e rios, em virtude do amplo conhecimento do território que ocupavam (Novoa, 2010, p. 154), o que dificultava a contenção das ações de rebelião. Além disso, os negros insurgentes estavam mobilizados, ainda segundo Novoa (2010), a partir da “intención de defender una identidad étnica, comunitaria, un modo de vida que les había permitido la subsistencia, en medio del asedio permanente y agresivo” (p. 155), o que potencializava a luta dos negros esmeraldeños.

É notável a capacidade dos negros playadoreños de se insurgirem contra a escravidão. Novoa (2010, p. 161) transcreve uma carta do capitão da mina Playa de Oro, Romualdo Valencia, ao então comissionado Pedro Pérez Muñoz, responsável pela pacificação das minas em maio de 1814, na qual o capitão declara a inconformação dos negros playadoreños:

Mi mas benerado Amo y Sr todo mi respeto y beneracion: de La Porque-
ra le escribi cuatro razones avisándole la respuesta de estos vagabundos
perfidos [...] les han contado que por Cayapas les yban a meter tropas,
y están con tanta vigilancia que ya quieren meterse a los montes con
todos sus trastes y refundirce, yo niego todo y no me creen porque soy
taconista. A mas que con suspenderles la sal y todo biberson bencidos;
no tiene mas armas que las bodoqueras, y no hay que temerlas porque es
arma infame que nada les sirve [...] seguí a la mina de Guimbi y les abice
lo que ordenaba su merced que quedaron persuadidos y boluntarios to-
dos y **pasamos a la mina de Playa de Oro a hacer la misma diligencia**

todos se rresistieron con mucha irritacion y donde acido causa para que los que estaban obedientes han resuelto desarreglarce del todo. Esta gente necesita que la conquista sea ha fuego y sangre de no cer asi esto no tiene arreglo y asi puede su md dar cuenta al Sr. Presidente y meta sien hombres 50 por el rrio y 50 por el rrio de Callapa pues ay camino para ello³.

De fato, a mina de Playa de Oro sempre foi um incômodo para os proprietários mineros e autoridades locais. Neste documento acima transcrito, fica evidente a “irritação” dos negros e a incapacidade de resignação diante da servil ordem colonial. Don David fará muitas menções ao caráter assertivo e guerreiro dos playadoreños, sendo que essas particularidades, segundo meu interlocutor, foram legadas dos guerreiros ancestrais. A alusão feita por Don David é ratificada nos registros que Novoa compilou, nos quais essa característica armífera dos negros playadoreños é sempre destaque. Não é por acaso que entre as conclusões de Novoa estão que os negros de Playa de Oro optam pela confrontação violenta em detrimento da possibilidade de se tornarem *cimarrones*, ou seja, da fuga e do esconderijo.

Ainda sobre esse aspecto bélico dos ancestrais playadoreños, Novoa (2010) refere que há documentos nos quais existe a expressa recomendação da venda de todos os negros que, por ventura, ameacem a execução dos trabalhos nas minas (p. 162). Com relação a isso, Novoa (2010) destaca a proposta formal do sargento Jacinto Caamaño, dirigida ao presidente Toribio Montes, feita em 1814, para a compra dos negros playadoreños, com a finalidade de empregar a mão de obra cativa nas suas plantações de tabaco localizadas em Guayaquil, tendo em vista que “separados del suelo patrio olvidarán las ideas de libertad e independencia en que están empecinados”, o que concorre para a afirmação de Novoa de que os negros esmeraldeños (com especial ênfase aos negros playadoreños) estavam motivados, mais além dos ideais de liberdade, por um sentido comunitário, marcado por uma identidade

3 Citado e transcrito por Novoa (2010, p. 161-162): Carta al comisionado don Pedro Pérez Muñoz, escrita por Romualdo Valencia en la que le da una serie de datos y se queja del comportamiento de las gentes de esta región. Playa de Oro, 6-VI-1814, ANE, Fondo Especial, caja 203, tomo 499, vol. 10-1814, doc. 28, p. 30.

inexoravelmente ligada ao território – esse mesmo território que motivaria a luta por liberdade (p. 162).

Os anos que antecedem a *manumisión jurídica*, decretada em 1852, foram definidos pelas constantes insurreições dos escravizados. Mercedes Jijón de Flores, proprietária da mina Playa de Oro desde 1844, mantinha a tentativa de sujeitar os negros a um trabalho rentável, situação que, de acordo com Novoa (2010), “constituyó la motivación que llevó a los esclavizados de Playa de Oro a liderar el proceso de liberación de todos los reales de minas” (p. 233). Essa conjuntura de pressão e violência recrudesceria ainda mais a luta pela autonomia, cujo conflito se assentava na impossibilidade de aceitar as condições servis impostas, aliada à motivação de guerrear pelo território.

Em 1854, os negros escravizados da mina Playa de Oro, após o conhecimento de seus direitos à liberdade, se apresentam pacificamente às autoridades locais para reivindicar a aplicação da lei de *manumisión*:

[...] se presentaron en una sesión en que se encontraban las autoridades de la gobernación y expusieron que, **según los artículos 25, 26 y 27 de la ley de manumisión de septiembre de 1852, los dueños debían realizar la inscripción y tasación de los esclavizados, en el caso de no hacerlo quedaban libres. Por lo tanto, ante el incumplimiento de las disposiciones de las juntas de manumisión, se declaraban en libertad.** El gobernador de Esmeraldas comunicó este hecho al ministro del interior en los siguientes términos:

[...] Inmediatamente se siguió a la manumisión de varios esclavos, extendiéndose las cartas de reconocimiento de las deudas con los propietarios. Acto continuo se presentaron los esclavos de las minas de Playa de Oro, Guimbi y Cachavi, teniéndose a la vista los artículos de la ley [...] (Novoa, 2010, p. 234)

Assim, entre os atos de resistência e o reclame indiscutível pelo cumprimento da lei de manumisión, os negros playadoreños foram os protagonistas da liberdade requerida. Mesmo diante da rejeição dos proprietários das minas e da efetividade na execução da lei, os ancestrais playadoreños foram perspicazes e ativos na luta pela autonomia. Esse atípico percurso da libertação marcaria os descendentes daqueles que estiveram na dianteira desses confron-

tos para subverter a ordem colonial. A atitude dos escravizados de Playa de Oro é singular porque além de procederem a atos diretos e imoderados –com conflitos declarados, foram às autoridades postular um direito que não estava efetivado– o silêncio instituído a ferro e fogo (regra sempre astuciosamente burlada, vide os relatos de redes comunicacionais) era, portanto, explicitamente rompido. De fato, além da coragem, os ancestrais legariam a sagacidade aos seus sucessores:

El camino hacia la libertad de los esclavizados de los reales de minas no fue fácil, conllevó un repertorio de modalidades de resistencia, en la fase republicana predominó la protesta y el uso de medios legales que les permitió exigir el cumplimiento de la ley para obtener su condición de libertos. En Esmeraldas esta actuación fue representativa, constituyó un acto de desafío frontal a las autoridades y a los amos, resultado del cual obtuvieron la igualdad jurídica de los esclavizados en el único distrito minero de la costa pacífica ecuatoriana. (Novoa, 2010, p. 235)

Como analisa Novoa, foram diversas as modalidades de resistência adotadas pelos negros do norte esmeraldeño. O episódio do canhão, recontado inúmeras vezes por Don David, seria a síntese desses processos de amotinamento, a epítome da coragem dos ancestrais que se conflagrou na insubordinação de interesses e poderes alheios à determinação dos playadoreños.

Desta maneira, depois de 1854, quando os playadoreños recorrem às autoridades para reclamar seu direito à liberdade, as lutas continuavam se processando em Playa de Oro, em razão dos reais de minas terem se convertido em ‘minas-haciendas’, sob o sistema laboral da *concertage* (Novoa, 2010, p. 239), que consistia na exploração da mão de obra negra em troca de um pagamento irrisório, além de intimidações dos proprietários que advinham do endividamento dos trabalhadores das minas os quais, em troca da subsistência, ficavam reféns desse sistema servil e assimétrico. No caso de Playa de Oro, ainda que várias ações para acalmar os ânimos tenham sido levadas a cabo, a situação de descontentamento se extremou a ponto do então proprietário, Reynaldo Flores, desistir da posse da mina. Assim, em 1869, Playa de Oro se torna proprietária do território, através da venda aos playadoreños:

La confrontación y disputa entre los negros y la familia Flores culminó en negociación. Reynaldo Flores mediante contrato de compra-venta tras pasó a los moradores de Playa de Oro, la mina, casa de hacienda, iglesia, paramentos, platanal y terreno, comprendidos desde la quebrada de Cojerías, situada en las riberas del río Santiago, en la parte de abajo, hasta el pie del Salto del lado de arriba del mismo río. (Novoa, 2010, p. 242)

Para seguir na narrativa sobre o canhão, retomo o discurso de Don David, o qual faz um apanhado dos fatos que marcaram a história dos negros no norte equatoriano. Em princípio, faz menção ao cognome Playa de Oro, para ressaltar a abundância do metal no território da Comuna, característica que assinalaria todo um percurso histórico:

El oro lo recogían en las calles, en los barrancos, en las playas, entonces por eso lo pusieron Playa de Oro [...]. Entonces, de ahí vino que lo pusieron Playa de Oro y la gente, todos venían aquí, inmigraron aquí, después vino, entró la compañía Mining Com... **No, otra parte, cuando el barco que naufragó en la costa de Esmeraldas, de Alonso de Illesca. Ahí vinieron los primeros negros de la provincia de Esmeraldas, porque Esmeraldas no tenía negros. Los primeros negros fueron esclavizados, por cuya razón, porque los trajeron de África, y los traían esclavizados aquí a los señores de Esmeraldas, los ricachones los traían a los negros, de esclavos.** Allá los compraban y los venían a vender acá al país. Entonces ahí en ese entonces, naufragó el barco y todos los negros que traían se botaron al mar, [...] y se saltaron a tierra. Ahí fue que empezó. Entonces ahí hubo una reyerta de los que todavía... cuando ya supieron donde estaban, los vinieron persiguiendo, **pero Alonso de Illesca [...] sabía de leyes y cuentos y se quedaron en la provincia de Esmeraldas, pero ahí ellos hicieron un pacto con los indígenas y los mestizos y ellos se quedaron allá.** (Don David, Playa de Oro, abril de 2013)

Nessa aula de história, Don David menciona Alonso de Illesca que em 1553, segundo o cronista e sacerdote Miguel Cabello de Balboa, estava no barco que naufragou na costa esmeraldeña. Possivelmente oriundo da costa ocidental da África, o negro Alonso de Illesca veio de Sevilha com destino ao Novo Mundo, em razão do seu senhor passar por problemas financeiros (Tardieu, 2006, p. 34). Tal intento teria dificuldades ao chegar próximo à enseada do río Portete, ao sul da baía de San Mateo, conforme afirmou Don David, e após um temporal o barco seria arremessa-

do contra os arrecifes, oportunidade para que os dezessete negros e seis negras embarcados fugissem rumo ao bosque, ao contrário dos marinheiros e demais passageiros da embarcação que optaram por seguir o caminho do povoado mais próximo, cuja trilha arenosa e inóspita os condenaria à morte (Tardieu, 2006, p. 35).

Na fala de Don David, ainda, fica evidente que a opção dos negros de seguir o bosque e não sucumbir às intempéries do lugar se deu em virtude de um conhecimento de um entorno semelhante, também reiterada pelo historiador Tardieu (2006), que aponta:

Lo que les salvó a los negros sin duda alguna fue el que escogieron el camino opuesto por no amedrentarles la selva: en ella podían protegerse de una posible persecución, contando quizá, por lo menos algunos de ellos, con un buen conocimiento de semejante entorno, y seguramente con la impericia de los españoles. (p. 35)

Também, o que Don David refere é que a estratégia e habilidade desses primeiros povoadores negros foram definidoras para evitar que fossem recapturados. Além disso, na narrativa do meu interlocutor, o que ele nomeia de ‘pacto com indígenas e mestizos’ é o que os historiadores denominaram de uma sociedade zamba-negra⁴ (Tardieu, 2006; Novoa, 2001), que assinala a mestiçagem afro-indígena, aliança imprescindível para que os *cimarrones* se mantivessem em Esmeraldas lutando para o reconhecimento de sua condição de negros livres. Ou seja, o estabelecimento negro em Esmeraldas, no século XVI, inicia com o naufrá-

4 Sobre essas alianças interétnicas, a despeito de um projeto de separação colonial que visava manter espanhóis, indígenas e negros (dirigentes, tributários e escravos, respectivamente) desassociados, Wade (2000) pontua: “sobre todo, el ideal de separación se vio debilitado por el mestizaje. El sentido principal de dicho término es la mezcla sexual, pero está implícita La mezcla espacial de los pueblos y el intercambio de elementos culturales, cuyo resultado son las formas culturales nuevas y mezcladas. Los españoles, los criollos, los indígenas, los negros libres y los esclavos se cruzaron entre sí: españoles indígenas con mujeres negras libres, princesas indígenas con españoles aristócratas, esclavos fugitivos con mujeres indígenas, amos españoles con mujeres esclavas, negros libres con indígenas y criollas; y su descendencia fuere conocida como gente con mezcla racial de varias clases. La nomenclatura racial era variable y existían docenas de clasificaciones, pero a menudo se utilizaba el término *mulato* para alguien de una mezcla supuestamente negra y blanca, *zambo* para la mezcla negra e indígena y *mestizo* para la mezcla indígena y blanca” (p. 38).

gio da embarcação e – em virtude de conflitos com os indígenas da região (especialmente *Niguas* e *Campaces*) e das dificuldades para sobreviver em um meio desconhecido – os negros promovem uma série de estratégias de sobrevivência, por exemplo alianças interétnicas (Novoa, 2001, p. 159), como forma de se manterem autônomos e fazer frente à investida colonial para sujeitá-los. A liderança de Alonso de Illescas durante esse processo foi decisiva para a luta que exigia da sociedade branca “el reconocimiento de la sociedad que tenía bajo su mando, conformada al margen del control blanco y a partir del encuentro de formas culturales negras e índias” (Novoa, 2001, p. 161).

Mas, segundo Don David, esse naufrágio é apenas o começo da história dos afro-esmeraldeños e, por conseguinte, dos playadoreños. A vinda dos primeiros africanos anunciava um segundo capítulo, que seria a chegada dos escravizados para trabalhar em busca do ouro:

Sí, de Colombia y de África. Porque mi abuelo nomás, cuando las compañías que van a llegar a ese punto después... él vino de... ahí vino, con la compañía Mining Com vino mi abuelo aquí. Él era de la... de Jamaica, de la colonia del medio de África con... bueno, como yo para allá no conozco, pero de allá era mi abuelo. Aquí vinieron algunos de Jamaica cuando la compañía Mining Com. Entonces ahí fue que este pueblo tomó realce. Después de eso vino un señor que llamaba el Amo Valdez, aquí, en este pueblo. Como él se hizo amo de toda esa gente y todos los que trabajaban el oro era para él. La gente no ganaba ni un sucre, nada

A referência de Don David, neste trecho, diz respeito à vinda de escravos da região de Barbacoas, Colômbia, no século XVIII⁵,

5 Segundo Sánchez, no artigo *Apuntes sobre la historia de los afrodescendientes en el Ecuador*, no século XVIII, “en el sector norte de Esmeraldas, en especial en el río Santiago, se produce una explotación intensificada del oro, la cual permitió importantes corrientes migratorias de numerosas cuadrillas de esclavos provenientes de Barbacoas y Tumaco, cuyos amos representaban a familias mineras de Valencia, Arroyo, Quintero, Quiñónez y Caicedo, quienes establecieron reales de minas en los ríos de Santiago, Uimbí y Cachavi. Poco a poco Esmeraldas se convierte en un importante polo económico del Reino de Quito, dado que allí se establecieron reales de minas y plantaciones”. Tais sobrenomes, citados por Sánchez, são os mais recorrentes em Playa de Oro. Disponível em https://www.proteccionderechosquito.gob.ec/adjuntos/grupos/afroEcuatorianos/17_Diagnostico_de_la_problematiza_afroecuatoriana.pdf. Acesso em: 31 maio de 2018.

mas também faz menção à chegada de companhias mineradoras estrangeiras, neste caso a Mining Company⁶, em meados do século XIX e nos primeiros anos do século XX, quando, mais uma vez, o

[...] sentimiento colectivo hizo posible enfrentar nuevas formas de explotación intensiva y control, esta vez por parte de las mineras extranjeras al finalizar el siglo, frente a lo cual los negros adoptaron nuevos y creativos dispositivos, con el fin de preservar el territorio y su tradicional patrón de subsistencia y organización social. (Novoa, 2010, p. 247)

Ainda que a alusão à Mining Company feita por Don David seja uma referência mais contemporânea, o fato de estar encadeada com os grandes ciclos exploratórios que marcam o território playadoreño, explicita repetidamente a disposição de lutar pela autonomia. Um pouco antes da instalação dessa mineradora estrangeira, cabe mencionar, precisamente em 1855, os playadoreños novamente se dirigiram às autoridades locais para reclamar os abusos e os despojos que uma empresa francesa, Cachavi, estava promovendo em território playadoreño. Ou seja, a luta em prol da autonomia, se não da condição de negros livres, mas de soberania do território, é uma constante na história e na memória de Playa de Oro. Sobre esse fato, Novoa (2010) pontua:

Ante la insistencia de esta población para solucionar este atropello, en octubre de 1855 el Estado determinó la ilegalidad de la posesión extranjera

6 Sobre a instalação dessas companhias estrangeiras de exploração aurífera (e outros produtos), expõe Novoa (2010): “En los pueblos del norte, la forma de operar de las empresas extranjeras y nacionales, mediante la concentración de grandes áreas aptas para la recolección de productos exportables, instauró una modalidad de tenencia de tierra que trajo consecuencias adversas para la población negra, como la pérdida gradual del control y usufructo de los espacios tradicionales de subsistencia, como ríos, esteros y montes. Esto alteró el ritmo de vida cotidiano de esta población que debió vincularse a las empresas extractivas mediante formas coercitivas de trabajo, como el concertaje o en calidad de jornaleros. Una dinámica económica que tuvo el visto bueno de las autoridades centrales de gobierno quienes, guiadas por su tradicional visión fronteriza de la región, no pusieron freno a los atropellos de que era víctima la población, situación que se mantuvo hasta 1937 cuando la *Ecuador Land Company* revirtió las tierras al Estado. Otro elemento a considerar fue el crónico aislamiento geográfico por la falta de vías de comunicación, lo que favoreció a los agentes del comercio nacional y extranjero para imponer en la zona sus propias reglas” (p. 265-266).

y mandó a las autoridades a defender a los pobladores de Concepción, Playa de Oro y pueblos cercanos. Con esta primera confrontación, esta población, en su nueva condición de libre, **apeló a su tradicional identidad de resistencia y defensa territorial lo que la lleva a enfrentarse a empresas extranjeras que inician la usurpación de tierras, y la destrucción de la selva y el monte.** (p. 239, grifo nosso)

É com esse legado de contendas pela autonomia que Don David faz menção a esses períodos históricos que culminam com mais uma instalação de mineradoras que mesmo não repetindo o trabalho escravo, ameaçam a soberania de Playa de Oro. Essa amálgama de acontecimentos, que cobrem os séculos XVIII ao XX, mencionadas pelo meu interlocutor, sintetizará a luta empreendida na imagem do canhão. A história de opressão, acima narrada por Don David, também se traduz na figura do Amo Valdez. Trata-se, portanto, de duas fortes referências – a tirania e truculência dos grandes ciclos exploratórios substanciada no Amo Valdez⁷ e a coragem e perspicácia de todas as lutas empreendidas pelos playadoreños compendiadas em forma de canhão.

A história que Don David conta sobre o roubo de parte da produção de ouro da mina Playa de Oro, sob o conhecimento do escravo de confiança do Amo Valdez, Manuelcito, é recontada com detalhes pelo playadoreño Segundo Ayoví, a partir de um testemunho colhido por Juan García Salazar em 1978:

Bueno así fue, cada uno llenó sus dos botellas de oro y se fueron a esconderlas en el monte. Cuando ellos dieron la vuelta a la cuadrilla de la mina, el Diablo lo llamó al amo y le dijo: “Amo, unos esclavos tuyos, anoche te ‘chandaron’ la mina”. Entonces el amo le preguntó al Diablo: “¿Quiénes son esos?”. Enseguida el Diablo le dijo: “Fulano, zutano y mengano”. Manuelito también vino con ellos, pero él no robó, los otros sí robaron,

7 Juan García Salazar recolheu essa narrativa de Segundo Ayoví, em 1978, na qual ele comenta que foi o Amo Valdez quem implantou a escravidão em Playa de Oro: “los esclavos vivían aquí en el sitio de Playa de Oro y de aquí iban todos los días a trabajar en la mina, que era allá abajo en un sitio que se le dice Medio Mundo, ese era el nombre que los viejos dieron a la mina grande. El Amo Valdez los marcaba, la marca era para que los esclavos no se fueran a ir de aquí de esta mina. Los viejos cuentan que les cortaba el pelo de los dos lados de la cabeza y el pelo no les nacía en ese lugar, esa era la marca que los esclavos de aquí de estas minas, tenían”. Tal narrativa fazia parte de documentos pessoais não publicados pelo escritor.

llenaron unas botellas y las escondieron en el monte. Al otro día bien de mañanita llegó la notificación para Manuelito.

A pilhagem era mais uma estratégia dos playadoreños para comunicar que não estavam subjugados ao regime que lhes impunham os proprietários das minas, seja no período da escravidão, seja pós 1854. Ainda, cabe mencionar que Manoelcito não entregaria seus amigos e parentes e nisso reside a força da história que Don David conta. Mesmo com as ameaças do Amo Valdez, o qual estava sempre acompanhado do diabo, Manuelcito salva da morte aqueles que roubaram o ouro. Conforme também contou Segundo Ayoví, “un buen día se pusieron a pensar cómo matarlo al amo para que no moleste más”, e assim começaram a pensar na tática de construir um canhão, conforme completa Don David:

“Ahora nosotros tenemos que hacer un armamento para matarlo a él”. Dijeron: “¿Cómo?”, y ahí dijeron: “No, nosotros hagamos un cañón”. “¿Y de qué lo hacemos?”. Dijo: “Aquí tenemos que regarnos en comisión a buscar un árbol que sea bien fuerte que aguante el tañido”. Se regaron por comisión y bueno por allá, tres, cuatro por allá, los otros por acá, hasta que... y aquí cerquita a un kilómetro de aquí, encontraron un árbol que llama culonegra...

É com a construção silenciosa do canhão, a partir da engenhosidade de aproveitar a árvore com a madeira mais dura possível, que os negros ancestrais projetavam se livrar do Amo Valdez, aquele que mataria sem hesitar caso descobrisse por meio de um humano, ainda que o diabo já tivesse avisado os nomes dos que pilharam o ouro, quem estava envolvido no saqueio. A árvore, como também disse Segundo Ayoví a Juan García, era tão forte que para entalhar o canhão “un escoplo le metían, un escoplo que se quebraba, porque ese palo es durísimo”, mas o trabalho coletivo dos escravizados foi tão intenso que em poucos dias o canhão estava pronto para afugentar o Amo Valdez das terras de Playa de Oro. Don David prossegue com a história dessa façanha:

Ya no existe más [o canhão e a árvore]. Ese árbol era demasiado duro, ahí no aguantaba machete, hacha, nada. Ahí cuando llegaron a ese árbol, le pegaron el primer hachazo, se dañó el hacha. Culonegra,

Culonegra... Ahora sí lo cogieron ahí mismo. En ese tiempo al taller de mecánica no le llamaban taller de mecánica, sino una fragua. E instalaron una fragua, porque había unos bien expertos en la mecánica. Hacha que se dañaba, hacha que le rompieron filo [...] y fueron abriendo, y ¡pim!, ¡pim!, ¡pim!, ¡pim!, y lo prepararon al cañón. **Mandaron a comprar pólvora, munición, toda diablura, y ahora sí, para ensayarlo al cañón... le dieron un ensayo, y dijeron: “No estamos muy contentos, hay que darle otro ensayo”.** Y tenían un toro grande. Y dijeron “Hay que testar con el toro de la Virgen, que si matamos al toro de la Virgen ahí sí estamos seguros de que lo matamos a él”. Lo pusieron a dos hectáreas de distancia... al toro. Le dieron fuego al cañón, porque lo cargaron, pusieron media arroba de pólvora, y le pusieron poquísima munición, pedazo de hachas, piedra y todo, **y cuando le dieron la explosión el toro no sirvió para comer, para nada, porque lo dañaron totalmente.** “Bueno, dijeron, ahora sí”. Después dijeron “No”, andaba un tigre aquí que bajaba puercos de encima de las casas, “Hay que matarlo al tigre”. “¿Y cómo lo matamos?”. “Aquí hay que pensar y calcularle desde que él baja”, porque cuando él venía de allá a acá, venía balando... ¡juuu!, ¡juuu! **Lo calcularon como... él tenía dos caminos de entrar y salir, le cogieron bien la puntería, y ahora sí, ya a lo que iba pasando el tigre, le dieron una explosión a ese cañón. El tigre salió... no murió de golpe.**

Depois dos ensaios com o touro e o tigre para atestarem o pleno funcionamento do canhão, os negros playadoreños finalmente estavam seguros quanto ao propósito de matar o Amo Valdez. Antes de retomar a história, Don David fez uma pequena pausa para fundamentar a razão dos ancestrais terem arquitetado todo esse plano bélico: o Amo Valdez era um homem que tinha pacto com o diabo e não titubeava em ‘desaparecer’ com aqueles que se negavam a trabalhar sob o regime violento e atroz da escravidão. Em virtude da sufocação e da exaustão do trabalho forçado, a única saída era preparar uma armadilha que fosse certa e os livrasse do jugo desse amo.

O ensaio com o tigre, portanto, seria o definidor para qualificar a potência do canhão, retoma Don David:

Y el tigre no murió... pero acá adentro de un estero que llaman Los Remedios, hasta ahí alcanzó a llegar. **Al otro día la gente pues, unos con miedo otros no con miedo, con lanzas y escopetas y todo diabluras a seguirle al tigre, cuando llegaron ya estaba tieso, muerto ahí. Catorce hombres para sacarlo: “Bueno, ahora sí estamos seguros que vamos a matarlo al amo”.** Lo cargaron bien cargado, ahora sí pusieron tres vigías. Y estaba la vigía diariamente, porque el amo cuando venía, él venía

bien enranchado. Unos tres cuatro y él con canoa bien enranchado, bien recreado. **Cuando ya lo vieron: “Ya viene El Amo Valdez, dale fuego a la punteta, la mecha no quiere arder, alzála pata y corre al monte”.** Porque ¿qué pasó? Como el amo también tenía parte de amistad aquí, entonces le mojaron la mecha, y como el amo andaba con el Diablo, entonces no le dejaron arder la mecha. Lo dejaron botado al camino ahí, se corrieron. El amo cuando llegó y vio que lo iban a matar, dijo: **“Última y primera, yo aquí no vengo más. Porque con este no me han matado, hacen otro y me matan, y ya no me lo ponen aquí [...], me lo ponen en otra parte”.** Lo cogió al cañón y se fue.

Como contou Don David, depois que acharam o cadáver do tigre, os playadoreños estavam certos de que matariam o Amo Valdez. Segundo Ayoví narrou a Juan García que o amo sempre se dirigia a Playa de Oro através do Río Santiago e por isso os insurgentes, certos do sucesso da empreitada, posicionaram o canhão exatamente às margens desse Río “por donde tenía que subir el amo”, para que não houvesse escapatória. Porém, em razão do Amo Valdez estar sempre em companhia do diabo, o pavio [*mecha*] não acendia porque estava molhado, afinal, havia uma proteção que evitava o passamento do opressor. Felizmente, ainda que o intento tenha fracassado e que os rebeldes, com receio da represália, tenham se refugiado na mata após o malogro da operação, o Amo Valdez —receando novas investidas insurrecionais— opta por abandonar a mina real de Playa de Oro, os deixando livres para a tão almejada autonomia sobre o território.

Essa história atravessa gerações. A transcrição das narrativas de Segundo Ayoví, colhidas em 1978 por Juan García (não publicadas), são assombrosamente as mesmas contadas por Don David, em 2015. Até mesmo as expressões utilizadas, por exemplo, “entonces, alzála pata y corre” são idênticas. Tal história, que atravessou o tempo, se traduz como a grande insígnia da perspicácia e da coragem dos playadoreños e, acrescenta Don David, pode não conter todos os elementos *de la esclavitud de nuestra gente*, mas exprime o significado desse legado de luta pela autonomia. Como Sahlins (1990) nos ajuda a entender, a história está muito mais ligada com a visão de mundo que um grupo possui do que

necessariamente associada com as versões e fontes escritas⁸, com frequência tomadas como as únicas verídicas. Há muitas histórias e não uma singular narrativa dos eventos. Para os playadoreños, o canhão e o Amo Valdez são os referentes máximos dessa briga pela autogestão e pela liberdade, cuja memória desse passado é criativamente sempre reconstruída porque se refere à história da emancipação.

O canhão, entretanto, não é apenas lembrado como o elemento bélico que expulsou o Amo Valdez, há outros referentes que se sobressaem nesta história, por exemplo, a capacidade de construir um armamento que ainda não existia no Equador, contam. Ainda, quando Don David se refere à história canhão, ele sinaliza que as lutas contrárias à subalternização de saberes e formas de viver se tornaram a grande marca deixada pelos negros playadoreños na história do Equador:

El primer armamento que hubo aquí en el país fue el cañón de Playa de Oro. Primer armamento, hecho de los negros. Por eso es que este país, los mejores armamentos, las mejores cosas han sido... es por los negros, no han sido por los mestizos ni por los blancos. Y los blancos han querido tenerlo pisado al negro y el negro que no se ha dejado, entonces por eso había un choque entre los negros y los blancos. Pero entonces Playa de Oro fue el pueblo que dio el primer armamento de Ecuador. De ahí para acá que empezaron a venir los armamentos. La historia del amo... el amo aquí... el amo aquí hacía malas cosas. Sacar dos o tres toneladas de oro, y a los trabajadores no dejarles ni una onza de oro. Eso era lo más terrible. Si fuera sido como en este tiempo nosotros. Ahora ya a este tiempo no le tienen miedo a nadie, nadie le tiene miedo a otro. Ahora desde el más chiquito hasta el más grande está con la resolución de la vida: “Me la quitan o se la quito”. Y así pasó con esta comuna, nosotros nos tocó la lucha y gracias a Dios, que triunfamos con el gran poder de él y hasta hoy día nos encontramos orgullosos de tener nuestro título de propiedad que nos da el sustento y el pan de cada día.

8 Como assinalou Sahlins (1990): “a história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. A síntese desses contrários desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos históricos, ou seja, as pessoas envolvidas” (p. 07).

Os comuneros de Playa de Oro, hoje, se referem ao passado de luta para começar as narrativas mais contemporâneas sobre seus processos organizativos que culminam com o título coletivo de propriedade dos mais de dez mil hectares; sendo que grande parte do bosque primário, hoje, situado dentro desse território playadoreño, está integralmente preservado. Além disso, após décadas de embates, Playa de Oro é independente da Comuna Santiago-Cayapas, da qual fez parte por muito tempo. A conquista da autonomia, historicamente requerida, se fez –como declarou Don David– não espontaneamente, mas através de *una herencia de lucha*. Há um percurso de embates e de negação de qualquer vestígio de subjugação do qual eles não se esquivam e do qual eles recordam sempre. É sobre essa história mais recente de luta que falarei na próxima seção.

OS CAMINHOS DE LUTA DA COMUNA⁹

As histórias do tigre e do canhão antecipam algumas prosas sobre a situação de Playa de Oro nos dias de hoje. Foram muitos os momentos em que perguntei sobre o termo *Comuna* e sobre a forma de organização playadoreña nesse território. Tentar entender essas formas organizativas não resultava da curiosidade fortuita, porque saltava aos olhos o cotidiano dos playadoreños, o qual somava muitas reuniões comunais, quase sempre semanais, das quais homens e mulheres participam; além das *mingas*, mutirões para a execução de alguma obra comunitária, como a construção de uma granja para uso comum. Além disso, a centralidade do cabildo era cada vez mais um tema expressivo, já que essa autoridade é sempre consultada pelos demais antes de qualquer tomada de decisão. Oposto a tudo isso que acompanhei, devo admitir, porém, que enquanto estava em Quito era comum ouvir nas conversas informais sobre uma suposta *debilidad organizativa de los*

9 Algumas partes desta seção já foram discutidas no artigo “La política del lugar: la Comuna afrodescendiente Playa de Oro, Esmeraldas –Ecuador”, publicado pela revista *Universitas Humanística*, vol. 80, 2015.

*afroesmeraldeños*¹⁰, quase um subterfúgio que, na verdade, tentava justificar uma presumida impossibilidade de inversão de um quadro de terror, provocado pela garimpo a céu aberto e pela extração de madeira, atividades que implicariam uma desordem quase irreversível nas Comunas do norte equatoriano, da qual Playa de Oro não seria exceção.

Entretanto, a despeito dessas ameaças que são por suposição inconversíveis (embora os playadoreños não as considerem insuperáveis), o que faz muito sentido para quem convive por algum tempo em Playa de Oro é que existe um engajamento contínuo e perene que objetiva sempre a autogestão. Quando perguntava a Don David ou para alguma jovem liderança sobre os conflitos contemporâneos enfrentados pela Comuna a resposta invariavelmente era que as contendas são inúmeras, mas que a defesa era apenas uma: a autonomia, o que de certa forma convocava todos os playadoreños, já que a adesão era em prol de um propósito partilhado por todos. As disputas pelo território comportam diferentes interesses, de grupos igualmente distintos, mas a salvaguarda dos playadoreños se singulariza a partir da disposição em lutar pela liberdade.

Playa de Oro é, legalmente, uma *Comuna*, expressão que também utilizo para me referir ao lugar playadoreño. Comuna¹¹,

10 Charvet (2010) observa que alguns pesquisadores que estiveram na região de Esmeraldas no início da década de 1990 assinalaram sobre essa suposta debilidade organizativa e cita, especialmente, Sabine Spiser que, em 1987, registrou que os negros esmeraldeños não eram muito organizados, apesar de não se deixarem subjugados ante injustiças (p. 335).

11 Segundo Álvarez (2002, s/p.) no artigo “De reducciones a comunas: transformaciones legales de las tierras comunales en la península de Santa Elena, Ecuador”, terras comunais são definidas como “aquellas que un grupo declara de su posesión o propiedad colectiva. Aunque es necesario reconocer la calidad económico-productiva de las tierras, estas en muchas ocasiones constituyen además un indicador de territorialidad política para el grupo. Varían las formas de adquisición de estas tierras, en algunos casos se trata de una posesión histórica y en otros de adquisiciones, reclamos o recuperaciones. Existe una adjudicación, generalmente por parte del Estado, que reconoce y legitima los derechos de disponibilidad a las tierras. Los acuerdos y la gestión colectiva que un grupo ejerce sobre las tierras, y los recursos y bienes que ellas comprenden, se efectivizan mediante algún tipo de instancia organizativa. Esta puede ser bien de orden tradicional o de reciente creación, aspecto que siempre tiene que ver con el contexto más amplio de inserción histórico social del grupo que toma decisiones sobre las tierras”.

portanto, é uma entidade jurídica criada pelo Estado equatoriano para a regularização da posse da terra ocupada ancestralmente, em nome da qual se garante o exercício dos direitos coletivos das comunidades afrodescendentes. A Constituição da República do Equador, de 1998, ao versar sobre o direito das comunidades, povos e nacionalidades (Capítulo IV do Título II) afirma no artigo 60 que “se reconoce a las comunas que tienen propiedad colectiva de la tierra, como una forma ancestral de organización ancestral”. A Constituição de 2008¹² ratifica esse direito ao considerar, no artigo 60, que “los pueblos ancestrales, indígenas, afroecuatorianos y montubios podrán constituir circunscripciones territoriales para la preservación de su cultura”, sendo que a lei regulará essa configuração.

Os quesitos previstos na Constituição de 2008, no que tange ao direito de povos e comunidades tradicionais, obedecem parâmetros internacionais de direitos humanos e fortalecem a premissa de autonomia das Comunas, ainda que na prática os playadoreños tenham que *luchar demasiado*, como disse Clemente Ayovi, presidente do Cabildo de Playa de Oro em 2015, para que haja garantias efetivas como essas já asseguradas na carta constitucional, especialmente o que diz respeito à soberania desses grupos nos territórios ancestrais. Portanto, hoje a luta da Comuna é para fazer valer a autogestão no território. A luta dos playadoreños é uma luta coletivizada.

Playa de Oro, segundo Charvet (2010), possui há mais de duzentos anos o registro da existência da comunidade, embora os relatos dos playadoreños apontem para uma formação muito mais anterior, de pelo menos quatrocentos anos, relacionada –como já mencionei acima– aos grandes ciclos de extração do ouro nessa

12 Segundo o texto do *Informe del Grupo de Trabajo de Expertos de Naciones Unidas sobre los Afrodescendientes*, a Constituição de 2008 contém muitas garantias contra o racismo e a discriminação, além de outros dispositivos favoráveis aos afrodescendentes. Em especial o artigo 58, aponta o Informe, estabelece especificamente que “el pueblo afroecuatoriano no tiene derechos colectivos”. Walsh (2011), por sua vez, afirma que a Constituição do Equador de 2008 é a primeira das Américas a responsabilizar o Estado a empregar ações afirmativas em favor de “personas y pueblos que históricamente se encuentran en situación de desigualdad” (p. 198), ou seja, essa constituição inaugura um marco regulatório, porque pela primeira vez menciona os afrodescendentes e prevê uma série de direitos nunca antes previstos em outras Cartas políticas ou documentos oficiais do Estado equatoriano.

região (p. 143). Clemente Ayoví, que até 2015 era o cabildo de Playa de Oro, explica:

Primero quiero hablar de la parte más importante, que es la creación de este pueblo. Que en la actualidad, hasta hoy, cuatrocientos años de ser Playa de Oro y cincuenta años de ser parroquia, porque es parroquia; y dieciséis años de ser comuna. La comuna significa... Hay una ley, a nivel del Estado, que habla de comuna, de organizaciones de segundo grado. Porque la comuna es una organización de segundo grado. Significa de que en la comunidad, cuando tiene el título privado de la comuna, a través de eso nos traen el título y ahí el reglamento interno, que es la ley que regula dentro de la comuna. Dentro de la ley está previsto de que tiene que haber en la comuna un presidente, un vicepresidente, un secretario, un tesorero y un síndico, son cinco personas las principales. (Clemente Ayoví, Playa de Oro, abril de 2013)

Clemente aponta duas definições para Comuna. Uma se refere a esse estatuto jurídico que mencionei, posto na Constituição de 2008, que evidencia o reconhecimento de direitos coletivos em prol da independência do grupo em suas formas de organização social. A outra definição se refere à administração comunal, na qual a organização comunitária e a integração entre as diferentes comissões são o que impulsionam o pleno gerenciamento da Comuna.

Nessa organização comunal, Clemente destaca a atuação do Cabildo e suas responsabilidades perante os comuneros. Trata-se de zelar pelo bem-estar dos playadoreños, administrar a Comuna e resolver conflitos intracomunidade, uma vez que o Cabildo é a instância máxima, aquele que poderá –mesmo informalmente, ou seja, sem estar em uma assembleia (em casos emergenciais)– decidir pelo todo. Todos esses encargos da Comuna e do cabildo, bem como das diversas comissões, estão previstos no Regulamento Interno de Playa de Oro, o qual também enfatiza que a terra é de uso comunitário e os recursos naturais que se encontrarem em território playadoreño serão exclusivamente administrados pela Comuna:

La comuna es un órgano, un ente que se preocupa por la integridad de cuidar que todos los comuneros de la comuna que estemos aquí estemos sanos, buenos. Si una persona se enferma, la organización, tiene que movilizar los recursos pa buscar medicamento. Y es la que se preocupa por muchas cosas más, educación, salud, y muchas cosas más. Si no hubiera esta organización como comuna sería un poco complicado porque no

tendríamos tierra segura. Y ahí eran las pérdidas de que algunos pueblos ya no tienen tierra, porque venían las invasiones de colonos y todo. Pero como esta comuna tiene sus documentos legales, entonces esta sí puede hacer cualquier trámite a nivel del país, es reconocida legalmente.

A formação de Playa de Oro enquanto Comuna, ou seja, enquanto pessoa jurídica remonta a 1995 e sobre essa mudança falarei adiante, mas pondero que ao contrário das experiências de outras comunas da parte setentrional do Equador, Playa de Oro fortaleceu (ou melhor, oficializou) suas instâncias político-administrativas ao se converter em Comuna. Cabe ainda assinalar que em meados da década de 1950, Playa de Oro passa de recinto a Parroquia, divisão político-territorial de terceiro nível, a qual atua como auxiliar do governo e da administração municipal, o que implica em uma ‘justaposição de territórios’, conforme discute Charvet (2010):

La presencia del Estado es mínima en esta comunidad. En los últimos cien años Playa de Oro evolucionó de caserío a recinto y a mediados del siglo pasado se convirtió en cabecera de la parroquia Luis Vargas Torres fundada en esa misma época. Desde entonces se registra una yuxtaposición de territorialidades –étnica y estatal–, lo que ha implicado, evidentemente, la yuxtaposición de los campos de competencias de las autoridades étnicas y estatales, pues, desde su constitución en cabecera parroquial, el teniente político y la junta parroquial constituyen sus máximas autoridades públicas. [...] Estos cargos son desempeñados por miembros de la misma comuna, pero necesitan el aval de las autoridades comunales para tener legitimidad, por lo que procuran “llevarse bien” con ellas y resolver conjuntamente los problemas críticos, particularmente los relativos a las presiones ambientales de empresas y colonos sobre el territorio comunal. (p. 146)

As duas autoridades que hoje existem em Playa de Oro, o cabildo e o presidente da Junta Parroquial¹³, precisam estar em

13 Dentre as atribuições do presidente da Junta Parroquial, estão: “expedir acuerdos, resoluciones y normativas reglamentarias en las materias de competencia del GAD Parroquial Rural. Aprueba el Plan Parroquial de Desarrollo y el de ordenamiento territorial formulados participativamente con la acción del Consejo Parroquial de Planificación y las instancias de participación, así como evaluar la ejecución, aprobar u observar el presupuesto del GAD Parroquial Rural, que deberá guardar concordancia con el Plan Parroquial de Desarrollo y con el de ordenamiento territorial; así como garantizar una participación ciudadana en la que estén representados los

frequente consonância, já que essas duas instâncias devem evitar a discórdia nas tomadas de decisão. Como apontou Charvet (2010), os dois cargos são ocupados apenas por membros da comunidade e, na época das eleições, a comunidade leva em conta a relação entre os futuros cabildo e presidente da Junta Parroquial, já que qualquer indício de desentendimento enfraqueceria as lutas da Comuna. Durante quase todo meu trabalho de campo, o cabildo e o presidente da Junta eram irmãos. Clemente e Dumar Ayoví, filhos de Don David, dividiam as responsabilidades da Comuna e, apesar das diferenças religiosas (Clemente é católico e muito ativo na Iglesia de la Merced, enquanto Dumar é *cristiano*, como o pai, e faz pregações públicas aos domingos, com um alto-falante, da janela da Casa Comunal), têm posições semelhantes em relação às duas grandes ameaças: garimpo e exploração de madeira.

Todas as assembleias comunais, portanto, contam a participação das jovens lideranças –tanto dos cargos da Comuna como dos cargos da Junta Parroquial– e sempre há votação para que o coletivo preceitue sobre algum tema. Nas reuniões que participei, o cabildo e o secretário explicavam o motivo do encontro e abriam para as perguntas dos comuneros. Após amplo debate, as pessoas votavam e, então, se definia a posição da Comuna ante o impasse. Esse sentido de decisão coletiva, diz Clemente, fortalece todos os quesitos da Constituição do país que tratam dos afroequatorianos, em particular aqueles que versam sobre a autonomia. O então cabildo, mesmo com alguma dificuldade para ler e escrever, sabia de memória todos os quesitos da carta constitucional e, em quase todas as assembleias que assisti, citava algum item.

Embora ocupem cargos político-administrativos de naturezas distintas e sejam os representantes máximos da Comuna, o cabildo e o presidente da Junta Parroquial são subordinados às decisões dos anciãos. No Regulamento da Comuna há uma distinção hierárquica que indica a Assembleia Geral (composta por todos os homens e mulheres de Playa de Oro) como o organismo máximo de direção da Comuna, cujo presidente deve ser, neces-

intereses colectivos de la parroquia rural, en el marco de la Constitución y la ley”. [...]. Disponível em <http://www.activate.ec>. Acesso em: 14 dez. 2018.

sariamente, um ancião, o único posto da Comuna que é facultada a exigência de saber ler e escrever. Na prática, os anciãos estatuem não apenas nas instâncias formais, como nas assembleias gerais que ocorrem na Casa Comunal, mas também nos informais, no cotidiano.

São nos espaços informais que os anciãos orientam os mais jovens e fazem deliberações antes mesmo da palavra final do Cabildo ou do Presidente da Junta Parroquial. Ainda, conforme discutirei adiante, as lutas travadas em Playa de Oro para se tornar autônoma da Comuna Santiago-Cayapas, a qual estavam vinculados antes de se constituírem em *Comuna* independente, se devem aos esforços dos mais velhos, que procuraram vias legais para “conservar un territorio que tenemos”, como ressaltou Don David, pai de Clemente e Dumar, com o objetivo de defender o território playadoreño. Não foi apenas nessa disputa que os mais velhos foram os protagonistas, pondera, mas outras - há quatrocentos anos: *son cuatrocientos años de lucha. Sólo así nos quedamos sanos, en nuestra tierra*.

Dessa forma, ainda que haja duas instâncias decisórias em Playa de Oro, são os mais velhos que arbitram sobre temas complexos e aconselham as jovens lideranças para que a tomada de decisão seja sempre em benefício do coletivo. É através desse aprendizado com mais velhos, os quais sempre iniciam seus ensinamentos recordando o passado de luta –seja por meio da história do canhão ou do tigre– que os mais jovens empreendem ações. No caso da separação da Comuna Santiago-Cayapas, essa participação dos mais velhos foi além dos aconselhamentos. É sobre essa luta, que conglutinou gerações, que narra Clemente:

Bueno, ahí hay que hablar un poco de lo que fue la lucha, la fundación de la comuna. Es cierto que en ese entonces sí había conflicto con la comuna de Santiago-Cayapas, porque el objetivo de la comuna de Santiago-Cayapas era y es la madera. Ellos se dedicaron a explotar madera. Entonces como sabían que Playa de Oro tenía mucha madera, querían involucrarlo a Playa de Oro para que estuviera inmerso en la comuna Río Santiago-Cayapas. Entonces eso fue una lucha bien grande que nos duró aproximadamente cinco años, para independizarnos de la comuna Río Santiago-Cayapas. (Clemente Ayoví, Playa de Oro, abril de 2013)

Essa história, que tem mais de vinte anos, marca um novo período na trajetória de Playa de Oro, tendo em vista que a partir da conversão para uma comuna autônoma das decisões da Comuna Santiago-Cayapas, que é composta por quase cinquenta comunidades afroequatorianas, os playadoreños se tornam plenos autores de seus interesses. A motivação para a emancipação do complexo Santiago-Cayapas foi, sobretudo, a conservação do entorno e dos mundos que comporta, uma vez que os objetivos do cabildos das demais comunas não contemplavam as aspirações dos playadoreños.

Assim, Clemente descreve que as justificações para lutar pela emancipação da Comuna Santiago-Cayapas se devem às decisões exógenas que eram tomadas pelo antigo cabildo, o qual não considerava a idiossincrasia dos playadoreños e suas relações com o território. Clemente e Manoel Ayoví¹⁴, líderes da Comuna, relatam que o cabildo que gerenciava o complexo de comunidades que integrava os rios Santiago e Cayapas, adotava práticas motivadas pela cobiça para extrair ouro e madeiras das florestas, atividade que, segundo Clemente e Manoel, findariam com toda uma vida que está, indissociavelmente, encadeada com a vida humana¹⁵. Com a anexação de Playa de Oro às demais comunidades do conjunto Santiago-Cayapas, os playadoreños ficariam à mercê das decisões que não considerariam seus anseios. Dessa forma, com temor de perderem sua tão almejada autonomia, os playadoreños iniciam uma jornada para conseguirem a independência e se tornarem uma Comuna própria, cujas decisões seriam endógenas e gestadas a partir dos parâmetros de “asentamiento tradicional-ancestral”, como está descrito no artigo 1 do Regulamento Interno da Comuna, cujo conhecimento para a administração decorreria dos mais de quatrocentos anos de relação com o território. Assim,

14 Entrevistas realizadas en Playa de Oro, abril de 2013.

15 Ainda hoje os playadoreños se dedicam à *minería artesanal*, qual seja, a extração manual do ouro com o auxílio de pequenas *bateas*. Trata-se de uma atividade individual, familiar ou associativa com o para garantir alguma arrecadação que complemente a renda.

Llegamos aquí a la comunidad, se llamó una asamblea, la propuesta fue excelente. Bienvenida por parte de la comunidad, entonces se hizo una directiva, una directiva provisional, que se la denominó de cinco personas y se la llamó Precomuna. Entonces se comenzó a luchar, ahí se comenzó a hacer los trámites. Lo primero que se hizo, hicimos un censo poblacional de Playa de Oro. Luego se hicieron tres actas, tres reuniones, tres “actas constitutivas” se llaman, y con eso se comenzó a hacer los trámites. Como te digo, los trámites demoraron más o menos unos cinco años. En ese entonces no había facilidades de canoas, o sea, ahora tenemos motores, antes no, lo hacíamos a remo. Imagínate llegar hasta Borbón a remo, o sea, fue terrible, terrible. Pero lo logramos. (Manoel Ayoví, Playa de Oro, abril de 2013)

Como apontou Manoel, a luta pela independência da Comuna Santiago-Cayapas contou com a assistência de muitos agentes. Porém, foi com a organização da precomuna que os playadoreños conseguem o respaldo para seguir com os trâmites necessários. Na realidade, alerta Manoel, as decisões em Playa de Oro já obedeciam alguns critérios, como as deliberações feitas em assembleias, ainda que não fossem registradas em atas. Don David recorda que antes de se instituir a condição de Comuna, qualquer arbitramento era feito após uma consulta com a maioria dos playadoreños —*siempre fue así, pues*— de modo que a gestão do território sempre resultou do veredicto da maioria.

Entretanto, a luta, apesar de legítima e contar com o apoio de outros agentes que detêm a compreensão jurídica necessária para vencer todos os trâmites requeridos, foi longa e afletiva, porque os cabildos que passaram pelo comando do complexo Santiago-Cayapas rejeitavam a proposta de emancipação de Playa de Oro, possivelmente por reconhecerem que os mais de dez mil hectares que pertencem a esta comunidade possuem um potencial exploratório —seja de madeira ou ouro. Após cinco anos de muitos conflitos, finalmente, em 1995, os playadoreños recebem o registro oficial da Comuna, uma condição jurídica que asseguraria a autonomia ante as decisões e rumos de Playa de Oro:

Duró esa cantidad porque en sí los de la comuna Río Santiago-Cayapas no querían darnos paso. **Porque como estábamos dentro del mapa de ellos, si ellos como cabildo no daban autorización y dijeran “Bueno, sí, Playa de Oro tiene su razón y le vamos a dar el paso”, pero no**

lo aceptaban. Hasta que llegó un cabildo que conocía muy bien la realidad, fue muy consciente. Un señor llamado Julio Valdés que es de Timbiré. Él fue presidente de la comuna Río Santiago-Cayapas y él nos firmó el paso para que nos independicemos de la comuna. Ahí sí, ya... salimos en registro oficial, ahí ya el Estado nos reconoció como comuna. Que justamente fue un cinco de octubre de 1995. Ahora nosotros mismos gestionamos para nosotros. El primer cambio es que conservamos nuestras tierras. Si fuéramos estado en la comuna Río Santiago-Cayapas ya no tendríamos tierra. Porque si tú ves esa zona con palmeras, minería, madereras... (Manoel Ayoví, Playa de Oro, abril de 2013)

Manoel retoma as recomendações dos anciãos ao considerar que o mais importante nesta luta pela independência de Playa de Oro foi a conservação do território, justamente porque os playadoreños, quando ainda estavam sob o jugo de um cabildo estranho à comunidade, conseguiram fazer frente às investidas e conservar a floresta e toda vida que nela está contida. Clemente e Manoel lembraram que foram muitas as ameaças para que as lideranças comunitárias cedessem aos anseios dos cabildos e, assim, entregassem parte do território para a extração de madeira ou para a exploração violenta do ouro. Até mesmo os anciãos foram pressionados a conceder a permissão para a exploração de madeira/ouro –sendo que a recusa significava o aniquilamento. Diante dessas circunstâncias é que os playadoreños têm o impulso para seguir com a luta pela soberania do território e pela competência em deliberar sobre seus anseios. Tal como séculos atrás, mesmo diante de um terror extremo, a perspicácia e a determinação dos herdeiros da valentia dos ancestrais predominaram mais uma vez.

De fato, a independência de Playa de Oro da Comuna Santiago-Cayapas era inadiável, tendo em vista que eles já possuíam, há séculos, uma organização bastante centrada na liberdade e no respeito aos vários mundos contidos no território playadoreño, sabedoria herdada dos enfrentamentos oportunizados pelos grandes ciclos do ouro. Antes mesmo da precomuna, eram frequentes as reuniões para a tomada de decisões coletivas, sendo que se levava em conta a experiência dos anciãos porque deles provinha a sabedoria dos guerreiros ancestrais, os mesmos que elaboraram o canhão, o mesmo que lutou contra o tigre. Tomo essas histórias

como referências potentes sobre as lutas travadas para salvaguardar todo um conjunto de saberes antecessores, os quais foram decisivos para a manutenção do território.

Desse presente de luta em favor da autogestão, Manoel declara o orgulho da autossuficiência conquistada, sobretudo porque o território se manteve nas mãos dos playadoreños, os únicos capazes de deliberar sobre seus usos, cuja decisão sobre os rumos a seguir será sempre em comum acordo com os demais comuneros, uma vez que o cabildo é apenas a síntese representativa desses anseios coletivos:

Lo que sí nos sentimos orgullosos por tener nuestra comuna, por tener nuestras tierras. Por ejemplo ahorita estamos en el programa de Sociobosque, que algunas comunidades lo necesitan. Mira, lo peor de la comuna Río Santiago-Cayapas es que el cabildo es el que manda en las comunidades. Entonces acá no se dan esas cosas, y pienso que nunca se irán a dar. Acá cuando se va a hacer algo, antes de tomar la decisión, el cabildo, se llama al pueblo. O sea, que el pueblo es que autoriza. (Manoel Ayoví, Playa de Oro, abril de 2013)

Conforme mencionei, a organização da comunidade e a forma de deliberar sobre o território são tão antigas quanto a necessidade de brigar por autonomia. Manoel, por fim, reporta que as comunas já existiam e só careciam de um amparo legal, como o que constou na Constituição de 1998, para efetivar o direito dessas comunidades ancestrais sobre o território:

¿Las comunas? Sí habían, porque por ejemplo la comuna Río Santiago-Cayapas ha sido una comuna bien antigua, porque ellos compraron el territorio, entonces les pertenecía. Sin embargo nosotros fue por... porque la misma ley nos da el aval, dentro de la constitución, sí constaba ese entonces que decía que las tierras ancestrales serán donadas gratuitas a gente que, eso sí, que quiera cuidarlas, porque si no las cuida el Estado puede hipotecar de nuevo, quitárselas por el mal uso de las tierras. Pero ahora, en el 98 sí nos aseguran, o sea, nos dan más garantías, porque ahí nos reconocen como ancestrales. Ahora ya somos dueños absolutos.

Manoel narra que, apesar de sempre cuidarem do território playadoreño e de brigarem pela possessão, a garantia completa da posse da terra só foi concretizada após a promulgação da Constituição de 1998, porque, na leitura de Manoel, o que se reconhece na lei é a ancestralidade dos afroequatorianos, logo, a propriedade

da terra seria uma consequência desse reconhecimento. Além disso, complementa, o fato de Playa de Oro ser identificada como o 'berço de onde surgem as demais comunidades do norte esmeraldeño' alça os playadoreños a uma posição de protagonismo dentro do contexto das demais Comunas afroequatorianas. Assim, quando dizem que Playa de Oro salvaguardou seu território ancestral, estão fazendo referência ao fato de não terem cedido às investidas para a compra ou exploração da terra, ao contrário da experiência da Comuna Santiago-Cayapas.

Foi a luta ancestral, finalizam Manoel e Clemente, que inspirou a briga pela independência do complexo Santiago-Cayapas, a qual sempre aconselhada pelos mais velhos, os mais próximos desse grande passado de luta. Foi o próprio Don David quem esteve em Quito para procurar um advogado: *Martínez Muñoz se llamaba él. Ya dijo él: "¿qué quieren hacer ustedes: comuna, asociación o cooperativa?", ao que Don David respondeu que*

La comuna tiene más peso, porque una comuna, después que sea posesionada como esta comuna, el Estado no puede... no puede... ¿cómo digo?... No puede el Estado abolir la comuna, **la comuna tiene peso**. Pero eso son cincuenta personas que deben de ser para hacer una comuna. De ahí empezamos nosotros la lucha. **Y buscamos una persona que nos ayudara cómo conservar un territorio, porque ya los colonos nos estaban acosando. Ellos querían adueñarse de las tierras... adueñarse de las tierras.**

Don David explica que o enfrentamento era necessário porque legítimo, além de lícito mediante os regulamentos disponíveis até então. Dessa forma, como pondera meu interlocutor, há vários séculos Playa de Oro se envolve em contendas pela autonomia e pela salvaguarda do território; e as formas de confrontação podem ser pelas vias discursivas ou pelo combate direto, cuja principal arma é a força e o destemor dos playadoreños. Para a emancipação da Comuna Santiago-Cayapas foi necessário usar todas as formas de enfrentamento, tendo em vista a indiferença inicial daqueles que, em Quito, teriam a incumbência de encaminhar o pedido: é nesse momento que eles se veem diante de uma guerra discursiva para fazer valer o direito de fundar uma Comuna. Do outro lado, havia as ameaças que advinham dos *colonos*, que a mando do cabildo sobressaltavam os playadoreños para adentrar nas fronteiras

de Playa de Oro e extrair madeira. Nesta circunstância, diz Clemente, o que restava era lutar, sem recear a morte.

Don David recorda que era imprescindível expor aos agentes burocráticos os limites de Playa de Oro, cujas balizas foram obtidas através da companhia Mining Com, embora os documentos com a escritura das terras tenha se perdido. A luta, frisa o ancião, era para a memória dos playadoreños ser considerada como a prova irrefutável da dimensão do território requerido, dado que a terra –após séculos de combates– pertencia a todos.

Após essa longa jornada de quase cinco anos, finalmente o título que garantiria a Playa de Oro o estatuto de Comuna e a posse coletiva das terras é expedido. É Don David, talvez o maior incentivador dessa conquista (não por acaso, já que ele quem narra, para todos na Comuna, o passado de luta dos guerreiros ancestrais), quem recebe o documento. A partir desse evento, Playa de Oro inauguraria uma nova etapa, dessa vez não mais centrada na fragilidade da ‘posse’ da terra, mas na defesa e manutenção do território em sua integralidade. Sobre a entrega do título, recorda Don David:

A los cuatro años cumplidos salió la resolución de la comuna Playa de Oro. A los tres meses vinieron a entregarnos el título de propiedad, aquí a Playa de Oro. Vino el ministro de agricultura y ganadería, vino el embajador de Estados Unidos, vino el gerente de CARE Internacional, vino el gobernador de la provincia de Esmeraldas, vino el comandante de las Fuerzas Armadas de Esmeralda, vino un coronel de Quito y así vinieron un poco de autoridades. Yo fui que recibí el título. Fui el primer... fui presidente tres años en la precomuna. Y el primer año, de haberse legalizado la comuna fui el primer presidente de la comuna yo aquí en Playa de Oro.

¿Y qué cosas cambiaron desde que ustedes se separaron de la Comuna Santiago-Cayapas?

Cambió totalmente todo. **Aquí la tierra es de todos, y si hay 10 dólares, de los 10 dólares tenemos que beneficiarnos todos, de cualquier manera tenemos que beneficiarnos todos. Entonces, eso es la importancia que tiene la comuna, cuando se la sabe administrar. Las tierras son de todos, desde el que recién nació hasta el más anciano.**

De fato, as terras de Playa de Oro são de todos e tal premissa é anterior ao regulamento formal da Comuna, como bem apontou Don David. A conversão em Comuna e, mais ainda, em uma Comuna autônoma, autossuficiente em suas decisões, garantiu a legalidade da condição de comuneros, detentores assegurados do território playadoreño. Na prática, diz Don David, apenas se formalizou –nos termos da lei– o que já era praxe: decisões coletivas, soberania quanto às resoluções a serem tomadas, busca irrestrita pelo respeito e defesa do território ancestral, que reconhecidamente é de **todos** os playadoreños.

NOTAS FINAIS: TERRITÓRIO ANCESTRAL, O VERDADEIRO OURO

Conforme apontei acima, o que historicamente une os playadoreños em uma querela é justamente um sentido comum: a liberdade, a luta pela autonomia e a rejeição de qualquer indício de sujeição. Todos esses enfrentamentos, associados aos circuitos coloniais de exploração do ouro na região, demonstraram a sagacidade dos playadoreños no engajamento para a manutenção do território ancestral, cuja luta reverbera contemporaneamente.

Do êxito dessas ações irrompe a completude (Charvet, 2010, p. 230) que gera benefícios a toda vida contida em Playa de Oro. Essa organização do território, que nomeio de política do lugar, tem muitas frentes. Os rios e bosques possuem uma centralidade na vida playadoreña, por exemplo, e devem ser resguardados¹⁶. Existe um conhecimento, gerado a partir das práticas locais, que

16 Essa idéia foi desenvolvida na minha tese de doutorado, intitulada *À margem do Rio: a Comuna afrodescendente de Playa de Oro, Ecuador – agenciamentos territoriais e a política do lugar* (Lobo, 2015), na qual objetivei compreender os marcos conceituais operados pelos playadoreños na gestão do território a partir da análise da ecologia política local que, além do resguardo do território ancestral, expressa a diferença desde o lugar; ou, como explica Escobar (2010, p. 23), trata-se de compreender “a diferença e suas políticas, e a diferença que essas políticas [locais] podem fazer em lugares como o Pacífico”. Tal proposição intencionava inferir sobre as complexas experiências, históricas e especialmente enraizadas dos playadoreños que traduzem “mundos e conhecimentos de outro modo” (idem, p. 29). Dito de outra forma, questionava-me sobre a política do lugar, entendendo que as epistemologias locais dos playadoreños resultam de uma série de cosmovisões e práticas sociais.

orientam as ações em prol dos cuidados com o território de Playa de Oro. Mas é o aprendizado com a violência instituída pelo ouro, no período da escravidão, que culmina com um sistema de interdição a qualquer forma de subserviência. Os playadoreños comprendem que o que reluz é, precisamente, a autonomia sobre este território.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ, Silvia G. De Reducciones a Comunas: transformaciones legales de las tierras comunales en la Península de Santa Elena. **Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia**, n. 17-18, p. 7-43, 2002.
- CHARVET, Ericka Sylva. **Feminidad y Masculinidad en la cultura afroecuatoriana**. El caso del norte de Esmeraldas. Quito: FIG-Abya-Ayala, 2010.
- ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. Colômbia: Envión Editores, 2010.
- LOBO, Janaina Campos. **À margem do Río: a Comuna afrodescendente de Playa de Oro, Ecuador – agenciamentos territoriais e a política do lugar**. 2015. 309f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- NOVOA, Rocío Rueda. **Zambaje y autonomía: historia de la gente negra de la provincia de Esmeraldas siglos XVI-XVIII**. Quito: Ediciones Abya-Ayala, 2001.
- _____. **De esclavizados a comuneros en la cuenca aurífera del Río Santiago-Cayapas (Esmeraldas): etnicidad negra en construcción en Ecuador siglos XVIII-XIX**. 2010. 377f. Tese (Doutorado em História)- Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, 2010.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SÁNCHEZ, John Antón. **Apuntes sobre la historia de los afrodescendientes en el Ecuador**. [2011?] Disponível em: https://www.proteccionderechosquito.gob.ec/adjuntos/grupos/afroEcuatorianos/17_Diagnostico_de_la_problematika_afroecuatoriana.pdf.
- TARDIEU, Jean-Pierre. **El negro en la Real Audiencia de Quito: siglos XVI-XVII**. Quito: Ediciones Abya-Ayala; IFEA; COOPI, 2006.
- WADE, Peter. **Raza y etnicidad en Latinoamérica**. Quito: Ediciones Abya-Ayala, 2000.

WALSH, Catherine. Acción afirmativa en perspectiva afrorreparativa. In: SÁNCHEZ, Jhon; AVENDAÑO, Viviana Jeanneth Pila; TAPIA, Danilo Caicedo (eds.). **Pueblos afrodescendientes y derechos humanos:** del reconocimiento a las acciones afirmativas. Quito: Ministerio de Justicia, Derechos Humanos y Cultos; Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos - Ecuador, 2011.



JANAINA CAMPOS LOBO é professora adjunta do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB, Ceará - Brasil). Doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente se dedica a pensar direitos humanos, gênero e territorialidades na América Latina.